



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 016

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSC</i>	<i>Mauro Moraes</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE ABRIL DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Ratinho Júnior e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 262/GS, do senhor Waldyr Pugliesi, secretário de estado dos Transportes, encaminhando resposta de pedido de informações requerido pelo deputado

Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre o Porto Barão de Teffé em Antonina. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº AL/032/2003, do senhor Ricardo Matias de Paula, secretário Executivo do FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 0642/2003- OE, do senhor Nério Spessato Ferreira, desembargador relator do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando fotocópia do venerando Acórdão nº 5564, proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 109030-6, de Curitiba, em que figuram como impetrante Brasil Telecom SA e impetrado Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 129/2003, que dispõe sobre a criação do Programa de Habitação Rural - PHR e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 584

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER destaque dos itens 01 e 02 da ordem do dia da Sessão Ordinária de hoje (08/04/2003) para serem votados em conjunto, votando-se os demais itens em bloco.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 605

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao secretário de Estado da Segurança Pública, pedido de providências visando apurar possíveis irregularidades que estariam acontecendo na cadeia pública de Foz do Iguaçu, conforme relatado pela Comissão Especial da Câmara de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o relatório final da Comissão Especial constituída pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu para apurar possíveis irregularidades quanto à superlota-

ção da cadeia pública e a questão carcerária do município estão a merecer de toda comunidade paranaense, especialmente através de seus representantes parlamentares e das autoridades estaduais vinculadas à área de segurança pública, análises e providências imediatas.

Ressalvo de imediato, que a situação de superlotação da cadeia pública do município de Foz do Iguaçu/PR, é causa de constante medo e ameaça a incolumidade das pessoas daquela sociedade, assim como também prejuízo para a própria administração pública.

A situação física da cadeia é precária, totalmente decadente e em desconformidade com os requisitos de segurança exigidos, conforme relatório do Corpo de Bombeiros, inclusive recebeu um Certificado de Reprovação. A mesma situação foi diagnosticada pela vistoria realizada pela Sanepar.

Longe do chavão dos Direitos Humanos, são homens e mulheres presos em situação desesperadora aos olhos de qualquer ser humano normal, num grande depósito de gente. São 583 (quinhentos e oitenta e três) presos ocupando espaço com capacidade técnica de apenas 300 (trezentos) presos.

Assim, a referida cadeia pública é uma verdadeira bomba-relógio, da qual se espera a qualquer momento um trágico desfecho, ocasionando não só um prejuízo para a imagem do poder público num todo, mas principalmente para toda a população daquela cidade e região.

Então, por todo o apresentado, entendendo pela extrema necessidade do presente requerimento ser apreciado e aprovado pelos meus pares.

REQUERIMENTO Nº 581

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Palmas, pela passagem de seus 124 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de abril de 2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Hilário Andraschko, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Francisco Puton, assim como a todos os vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Palmas.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 14 de abril/2003, marcará mais um aniversário da emancipação política de Palmas, que temos certeza será comemorado festivamente.

E com grande júbilo que parabenizamos toda a população, formulando votos para que continue dando sua parcela de colaboração para o constante progresso do município.

Histórico de Palmas

A ocupação dos Campos de Palmas, deu-se a partir de 1839, por ações desenvolvidas por estanceiros guarapuavanos. A Lei Provincial nº 22, de 28 de fevereiro de 1855, criou a freguesia de Palmas no território de Guaruapuava. Em 13 de abril de 1877, pela Lei Provincial nº 484, foi criada a Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, cuja instalação deu-se a 14 de abril de 1879.

Nesta ocasião foram empossados os seguintes camaristas, Firmino Teixeira Baptista (presidente), Frederico Teixeira Guimarães, João Ferreira de Araujo, Francisco de Assis e Araújo Pimpão.

Em 06 de maio de 1883, foi inaugurada a Igreja da Vila de Palmas.

Em 18 de dezembro de 1896 pela Lei nº 233, a vila ganhou foros de cidade e foi elevada à categoria de Comarca.

Foi célebre a Questão de Palmas, episódio que questionava a posse da região, reivindicada pela Argentina. Acabou sendo arbitrada pelo presidente dos Estados Unidos da América, Grover Stephen Cleveland, em 06 de fevereiro de 1895.

Por ocasião da tentativa da criação do Estado das Missões, 1910, Palmas esteve representada por Bernardo Ribeiro Viana e Domingos Soares, quando formou-se a Junta Governativa Provisória. Esta idéia, que não vingou acabou em 1916 e surgiu pela revolta da perda de 28.000 quilômetros do território contestado para o Estado de Santa Catarina, região essencialmente povoada por paranaenses.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em parabenizar toda a população palmense na significativa data da comemoração de seus 124 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma este documento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, faz REQUERER, que após aquiescência do Plenário, sejam consignados nos anais da sessão de hoje, os votos de congratulações desta Casa Legislativa, pela passagem dos 35 anos de existência da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon - Acimacar.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, junta-se aos festejos comemorativos dessa data de alta significância e histórica para Marechal Cândido Rondon.

Sempre privilegiada em sua existência com administrações altamente capazes e honradas, a entidade se firmou como preferencial e ponto de convergência dos interesses do quadro associativo e, não menos, da comunidade, nessas mais de três décadas de existência.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 604

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de louvor à Itaipu Binacional, pela inauguração do Pronto Socorro no Hospital Costa Cavalcanti em Foz do Iguaçu, que atenderá pacientes do SUS, onde o serviço de oncologia vai beneficiar mais de 200 pacientes de Foz do Iguaçu e região.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado no seguinte endereço: Rua Silvio Américo Sasdelli s/nº, Centro Executivo, Bairro Vila A. de Itaipu, Foz do Iguaçu/PR, CEP 85866-900 aos cuidados do Exmo. Sr. Jorge Samek e que seja enviado uma cópia para o Ministério da Saúde, na Explanada dos Ministérios, Bloco G, Brasília-DF, CEP 85866-900, aos cuidados do Exmo. Sr. Humberto Sérgio Costa Lima.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem contribui com a prestação de um acesso digno à saúde, que é o bem mais precioso de uma pessoa. A iniciativa que homenageamos trará, com toda certeza, benefícios muito esperados pela sofrida população iguaçuense, bem como de toda a região.

REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia seja encaminhado à ilustre procuradora do Ministério Público do Trabalho, Doutora Margaret Mattos de Carvalho, voto de apoio pela sua agilidade e zelo.

Refere-se ao recente pedido de intervenção na Fundação de Ação Social - FAS, da Prefeitura de Curitiba, que protocolou no Ministério Público Estadual, no último dia 02 de abril de 2003, motivada por gravíssimas denúncias de maus tratos aos humildes, torturas, espancamentos, e até mortes, nas unidades daquela entidade.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O autor, prefeito de Curitiba entre 1993 e 1996, com sua mulher Margarita Sansone, e valoroso corpo de assistentes sociais, fundou a FAS- Fundação de Ação Social, a partir da antiga Frei -Fundação de Recuperação de Indigentes, dando-lhe caráter de promoção humanitária, reconhecido nacional e internacionalmente pela qualidade dos serviços.

Vê agora tudo desmoronar. 44 (quarenta e quatro) entidades - ONG's e religiosas acompanham a ilustre e corajosa promotora Margaret Carvalho, na importante denúncia.

Fala-se em espancamento de 3 adolescentes em 2001; espancamento até a morte de um idoso no FAS-SO,

na rua Conselheiro Laurindo, em Curitiba, por vigilante da empresa contratada pela prefeitura em julho de 2002; e da morte por enforcamento de uma deficiente mental, na unidade Casa Mais Viver, ainda em 2002. Segundo denúncias de funcionários, mulheres já foram estupradas na Pousada de Maria, feita por nós para acolher funcionárias, mulheres vítimas de violência.

Esta crônica de horrores atinge frontalmente a sociedade curitibana, porque perpetrada com o selo da prefeitura, com o dinheiro dos impostos municipais, e por aqueles que deveriam no cumprimento do seu dever, zelar, cuidar, erguer, e dar a atenção de solidariedade aos que mais necessitam: os humildes, os excluídos, os deserdados.

A FAS-SOS, na Rua Conselheiro Laurindo, no centro de Curitiba, funciona na antiga sede da Sociedade Socorro aos Necessitados, por nós reciclado em 1994, para um serviço social de acolhida e albergagem - então exemplar. Este Casarão foi feito por doação - no início do século - da herança do nosso parente Herculano de Macedo Souza. Ao recuperá-lo, quisemos que voltasse a ser endereço de solidariedade.

Hoje é endereço de maldade, avareza e horror.

O corajoso ato da procuradora Margaret Carvalho, precisa do apoio da sociedade paranaense.

Que se envie cópia à procuradora geral do Estado, Maria Thereza Uille Gomes.

REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente:

O deputado estadual que assina o presente documento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a condescendência do Plenário, seja oficiado o Exmo. secretário dos Transportes solicitando que adote imediatas providências para recuperação da rodovia PR-239, desde o entroncamento da PR-189 até a sede municipal de Marechal Cândido Rondon e desta cidade, na seqüência o trecho da BR-467 até a sede distrital de Porto Mendes.

A pavimentação asfáltica dos trechos referenciados está muito desgastada, apresentando intensa frequência de buracos na pista de rolamento, que comprometem a trafegabilidade normal de veículos, o que gera reclamações de empresas e particulares. Ademais, e preponderante, colocando em risco a segurança de condutores e transeuntes.

A situação requer providências urgentes, pois existe alto risco de, a qualquer momento, ocorrerem fatos indesejáveis à vida daqueles que trafegam nos trechos das rodovias apontadas.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 574

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências urgentes na recuperação asfáltica das rodovias PR-489 - ligando Umuarama a Xambrê; PR-182 - ligando Xambrê a Casa Branca; PR-580 - ligando Umuarama a Serra dos Dourados e PR-182 - ligando os municípios de Serra dos Dourados a Ivaté.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a inauguração da ponte de Porto Camargo, as rodovias citadas estão recebendo diariamente tráfego super-pesado e por ser um trecho muito movimentado, as pistas estão praticamente intransitáveis pela falta de conservação.

Aumentaram os buracos devido as fortes chuvas que caíram nestes últimos dias e conseqüentemente o número de acidentes com pessoas e carros danificados.

REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica nas rodovias PR-082, BR-369 e PR-466, ligando os municípios de Jandaia do Sul a Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Temos urgência na recuperação das rodovias citadas pois trata-se de uma região essencialmente agrícola e gostaríamos que o escoamento da próxima safra fosse seguro, sem causar prejuízo ao Estado, municípios e à população daquela região.

REQUERIMENTO Nº 575

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, remessa de ofício ao Exmo. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando providências no sentido de que viabilize a restauração do pavimento asfáltico na PR-092, notadamente no trecho entre os municípios de Jaguariaíva até Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O pavimento asfáltico da PR-092 está em processo de deterioração, necessitando de urgentes reparos, para que o Estado não dispenda de maiores recursos no futuro para fazer a rodovia.

Este trecho atende também os municípios de Arapoti, Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Quatiguá e Joaquim Távora.

Trata-se de rodovia com pavimento asfáltico, não pedagiada, sendo portanto sua manutenção de responsabilidade do governo do Estado do Paraná.

Trata-se de região do Norte Pioneiro que precisa ser amparado com melhores condições econômicas, para evitar-se o aumento do êxodo rural.

REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Iraci Lebeckuchen, à rua Presidente Vargas, 595 - CEP 85685-000, Nova Prata do Iguaçu, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor João Lebeckuchen, ocorrido no último dia 05 de abril do ano em curso.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 580

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual da Segurança Pública, solicitando que a construção da Casa de Detenção em Arapongas, entre no orçamento do Estado para 2004.

A solicitação do presente requerimento deve-se pela superlotação do setor carcerário da Cadeia Pública de Arapongas, o prefeito fez a doação do terreno e só espera uma providência do Estado.

Requer ainda o envio de correspondência à Prefeitura de Arapongas e ao Conselho Comunitário de Segurança.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente:

O deputado Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER, à Mesa, com fulcro no inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno, o envio de expediente ao senhor governador do Estado do Paraná solicitando as seguintes informações a respeito dos contratos firmados entre o Estado do Paraná e a empresa Embracon - Empresa Brasileira de Consultoria S/C Ltda, nos últimos oito anos.

- Relação de todos os órgãos que contratam com a mencionada empresa;
- objeto de cada um dos contratos;
- valor gasto em cada um dos contratos;
- período de contratações;
- resultado obtido com as contratações;
- existe uma relação de parceria entre a Embracon e a Adifea nos serviços prestados ao Estado do Paraná? Qual?

- Os representantes legais da Embracon junto ao Estado do Paraná são os mesmos representantes da Adifea? Em caso afirmativo informar os representantes.

- Relação dos contratos ainda vigentes.

Juntar cópia de todos os contratos.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações se fundamenta no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal.

Fundamenta-se ainda no artigo 55 da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o inciso V do artigo 90 da mesma Constituição.

O pedido de informações é um dos instrumentos postos à disposição dos deputados para exercer seu papel fiscalizador frente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, preservada a autonomia e independência dos Poderes.

É público que o Governo do Estado do Paraná está revendo todos os contratos firmados e mantendo apenas aqueles que não são prejudiciais ao bem maior de um Estado que é interesse de seu povo.

Preocupado com a supremacia do interesse público e buscando contribuição na construção de um novo Paraná é que se apresenta essa proposição.

REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, do DER - Departamento de Estradas de Rodagens do Estado do Paraná, agilidade para o início das obras de duplicação da rodovia João Carlos Strauss, em Londrina, devido ao grande número de acidentes ocorridos nessa localidade.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem na Avenida Iguazu, 420 - CEP: 80230-902 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que a Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, realize a desinfecção de esgoto e demais procedimentos na Região Metropolitana de Londrina, de forma que esteja salubre.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná - Rua Engº Rebouças, 1376 - Bairro Rebouças - CEP: 80215-100 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações à Secretaria de Estado de Meio Ambiente sobre o acordo que prevê o possível cancelamento da multa de R\$40 milhões com empresas integrantes do Pool de Combustíveis (Texaco, Ipiranga, Esso, Shell), de Londrina. Esta multa é referente ao vazamento de 100 mil litros de óleo diesel no Ribeirão Lindóia, na Zona Oeste de Londrina, sendo considerado o maior acidente ecológico do município.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 591

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao secretário estadual da Saúde, Sr. Claudio Murilo Xavier, solicitando-o informações sobre a contratação da empresa Infocoop, pelo Governo, empresa que está prestando serviços de saúde no Hospital Colônia Adalto Botelho, fazendo as seguintes indagações:

1) Qual a relação da Funpar na contratação da Infocoop?

2) O Poder Executivo ao elaborar o contrato com as referidas empresas o fez através de licitação?

3) Trata-se de parceria, convênio ou contratação?

4) Qual o valor e a validade do contrato?

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de contrato, parceria ou convênio, celebrado entre a Administração Pública do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Infocoop, empresa privada.

A empresa denominada Infocoop presta serviços na área da saúde junto ao Hospital Colônia Adalto Botelho, localizado na Região Metropolitana de Curitiba.

Julgamos ser necessário a publicidade deste ato, para esclarecer aos funcionários da Secretaria e do próprio Hospital, qual a forma de contratação utilizada pelo Estado.

Por estas razões, estamos solicitando ao secretário que informe a esta Casa, sobre os motivos e razões das contratações, que segundo nos afigura, é da maior importância para uma política adequada em relação à saúde dos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 602

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de pedido de esclarecimentos ao secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, com relação à execução dos serviços de asfaltamento do trecho: BR-466 a Ibema, numa extensão de 22,5 quilômetros, face a sua paralisação. Não obstante a paralisação, esclarecimentos sobre a possibilidade da retomada da presente obra, tendo em vista a sua atual situação.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente à Câmara Municipal do Turvo.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 603

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de pedido de esclarecimentos ao secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, com relação ao Edital de Concorrência nº 049-2001 - DER/DT, que objetiva a execução dos serviços de restauração da rodovia PR-650, trecho São João do Ivaí a Godoy Moreira, face a sua paralisação.

Não obstante a paralisação, esclarecimentos sobre a possibilidade da retomada da presente obra, tendo em vista a sua atual situação, onde vem ocasionando elevados danos e custos operacionais e, principalmente, colocando em risco a vida de seus usuários.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente à Prefeitura Municipal de São João do Ivaí e Prefeitura Municipal de Godoy Moreira.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 182/2003**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Itapejara d'Oeste.

Parágrafo Único - A Ciretran de Itapejara d'Oeste abrangerá os municípios de Bom Sucesso do Sul e Verê.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários para o funcionamento da Ciretran ficarão a cargo do município de Itapejara d'Oeste.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - Detran/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da Ciretran de Itapejara d'Oeste.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI Nº 183/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública no âmbito territorial do Estado do Paraná o Jeep Clube de Curitiba, com sede e foro na comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

É com muita satisfação que tomamos a iniciativa legislativa de propor a esta Casa de Leis a declaração de Utilidade Pública do Jeep Clube de Curitiba, entidade sem fins lucrativos que congrega os apreciadores de veículos 4x4, em todas as suas modalidades, preservando o veículo Jeep como símbolo de uma época, promovendo competições, passeios, festas e atividades ligadas à ecologia e preservação do meio ambiente.

Mister salientar que o Jeep Clube de Curitiba, auxilia nos casos de calamidade pública atuando em apoio aos trabalhos desenvolvidos pela Defesa Civil.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo grau de mérito, solicitamos o apoio de todos os nobres pares parlamentares à proposição, atitude que homenageará uma entidade séria que cumpre com suas funções junto à sociedade curitibana e paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 184/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Tomazina, com sede e foro no município de Tomazina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tomazina, fundada em 10 de janeiro de 1979 na cidade de Tomazina, com sede e foro na rua Tenente Ubaldo, 397, é uma sociedade filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo foro e sede na cidade de Tomazina.

Encontra-se registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Tomazina, às fls. 18/19, do livro A, sob o nº 4.

Dentre suas finalidades estão: promover o bem-estar, a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem, bem como estimular os estudos e pesquisas relativas aos problemas dos excepcionais.

É declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 069, de 12 de março de 1979.

Por encontrar-se dentro das exigências legais, conforme atesta a documentação anexa, esperamos sua aprovação pelos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 185/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Educacional e Assistencial Só o Senhor é Deus, com sede no município de Maringá - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional e Assistencial Só o Senhor é Deus, de Maringá, é uma fundação sem fins lucrativos, criada em 25 de julho de 2000, declarada de Utilidade Pública Municipal conforme Lei 5828, com sede na Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 325, zona 07 da cidade de Maringá - PR.

Trata-se de entidade que tem por finalidade a prestação de assistência social, material e espiritual ao ser humano carente e necessitado.

Dentre as atividades realizadas pela Fundação, destacam-se: a implantação e o desenvolvimento de escolas de educação, de ensino profissionalizante, de oficinas de artesanato e pinturas; comercialização de livros, jornais, periódicos e outros materiais evangélicos; radiodifusão em todo território nacional a fim de divulgar eventos e programas de atividades educativas, culturais e religiosas.

Tendo em vista o trabalho de inserção, prevenção, conscientização, atendimento e recuperação de pessoas

carentes, desenvolvido por essa Fundação junto ao município de Maringá, observamos a relevância social e o reconhecimento da população do Paraná que necessita contar com a continuidade dos benefícios.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus ao título de Utilidade Pública Estadual, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

PROJETO DE LEI Nº 186/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Guaraci, o imóvel e respectivas benfeitorias, situado na Rua José Aleixo Ferreira, nº 410, naquele município, comarca de Jaguapitã.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei destina-se exclusivamente ao funcionamento do Centro Educacional Municipal Recanto da Alegria.

Parágrafo 1º - O imóvel ficará gravado com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Parágrafo 2º - Destinação diversa daquela estabelecida no *caput* deste artigo, tornará sem efeito a doação, revertendo o imóvel e respectivas benfeitorias nele incorporadas, ao patrimônio do Estado, sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Centro Educacional Municipal Recanto da Alegria, funciona atualmente, cedido à municipalidade, atendendo cerca de 80 alunos em período integral.

Tendo em vista a municipalização do ensino, a Prefeitura Municipal de Guaraci, quando do recebimento de recursos oriundos da União ou do Estado, não pode proceder reformas e melhorias, as quais o prédio necessita para adequar-se ao melhor atendimento da população, porque o imóvel não é de propriedade do município. Verbas destinadas à municipalidade não podem ser aplicadas em patrimônio de titularidade diversa, no caso o Estado.

Esperando contar com o apoio dos nobres pares, apresento o presente projeto de lei para ser analisado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 187/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Guaraci, o imóvel e respectivas benfeitorias, situado na Rua Antonio Ferreira Sobrinho, nº 315, naquele município, Comarca de Jaguapitã.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei retorna ao patrimônio municipal, acrescido das benfeitorias a ele incorporadas, para o funcionamento da Escola Municipal Wilson Jan de Giuli.

Parágrafo 1º - O imóvel ficará gravado com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Parágrafo 2º - Destinação diversa daquela estabelecida no *caput* deste artigo, tornará sem efeito a doação, revertendo o imóvel e respectivas benfeitorias nele incorporadas, ao patrimônio do Estado, sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Escola Municipal Wilson Jan de Giuli atende mais de 380 alunos e funciona atualmente cedida à municipalidade em regime de uso temporário, conforme Termo de Cessão de Uso nº 1213/2001.

Tendo em vista a municipalização do ensino, a Prefeitura Municipal de Guaraci, quando do recebimento de recursos oriundos da União ou do Estado, não pode proceder reformas e melhorias, as quais o prédio necessita para adequar-se ao melhor atendimento da população, porque o imóvel não é de propriedade do município. Verbas destinadas à municipalidade não podem ser aplicadas em patrimônio de titularidade diversa, no caso o Estado.

Esperando contar com o apoio dos nobres pares, apresento o presente projeto de lei para ser analisado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 188/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As pessoas físicas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos perceberão, dos responsáveis pelos órgãos públicos e pelos estabelecimentos comerciais em geral, tais como: hospitais, postos de saúde, repartições nas áreas de educação, energia, habitação, saneamento, saúde, comunicação, farmácias, restaurantes, cinemas, livrarias, teatros, estádios de futebol, tratamento prioritário no atendimento e na consecução de todas as diligências ou atos que se fizerem necessários para a observância de seus legítimos interesses.

Parágrafo Único - O interessado na obtenção do benefício previsto nesta lei deverá requerê-lo de forma escrita ou verbal ao responsável ou atendente respectivo, comprovando desde logo, com documento hábil, que possui idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º - A prioridade estabelecida nesta lei deverá ser efetiva, devendo o responsável pelo estabelecimento,

mediante o requerimento do interessado, demonstrar a preferência em certidão circunstanciada.

Art. 3º - Serão afixados nas sedes dos órgãos públicos e dos estabelecimentos comerciais em geral, informativos que destaquem o benefício estabelecido nesta lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei institui atendimento prioritário às pessoas físicas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos no âmbito do Estado do Paraná, em órgãos públicos e estabelecimentos comerciais.

Não pretendemos com o presente projeto, criar tipo algum de privilégio, ao priorizar os atendimentos às pessoas com idade igual ou superior aos 60 (sessenta) anos, tentamos disponibilizar-lhes melhores condições, por entender que eles não possuem condições normais.

O que queremos é colocá-los em condições minimamente possíveis para serem atendidos. Não podemos imaginar que pessoas com idade elevada possuem as mesmas condições físicas que as pessoas com idade menor, no instante de aguardar nas filas.

Seja pelo fato de esses locais não disponibilizarem assentos para os idosos se acomodarem, enquanto aguardam o atendimento.

Por se tratar de reivindicação de entidades representativas de pessoas da terceira idade, solicito o apoio e a aprovação dos excelentíssimos deputados ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 189/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As pessoas físicas portadoras de deficiência perceberão, dos responsáveis pelos órgãos públicos e pelos estabelecimentos comerciais em geral, tais como: hospitais, postos de saúde, repartições nas áreas de educação, energia, habitação, saneamento, saúde, comunicação, farmácias, restaurantes, cinemas, livrarias, teatros, estádios de futebol, tratamento prioritário no atendimento e na consecução de todas as diligências ou atos que se fizerem necessários para a observância de seus legítimos interesses.

Parágrafo Único - O interessado na obtenção do benefício previsto nesta lei deverá requerê-lo de forma escrita ou verbal ao responsável ou atendente respectivo, no instante em que se fizer presente no estabelecimento.

Art. 2º - A prioridade estabelecida nesta lei deverá ser efetiva, devendo o responsável pelo estabelecimento, mediante o requerimento do interessado, demonstrar a preferência em certidão circunstanciada.

Art. 3º - Serão afixados nas sedes dos órgãos públicos e dos estabelecimentos comerciais em geral, informativos que destaquem o benefício estabelecido nesta lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei institui atendimento prioritário aos portadores de deficiência no âmbito do Estado do Paraná, em órgãos públicos e estabelecimentos comerciais.

Não pretendemos com o presente projeto nenhum tipo de privilégios. Ao diferenciar ou priorizar os atendimentos às pessoas portadoras de deficiência estamos tentando suprir algumas das deficiências.

O que queremos é colocá-los em condições minimamente possíveis para serem atendidos. Não podemos imaginar que pessoas portadoras de deficiência possuem as mesmas condições físicas de pessoas que não portam deficiência alguma, no instante de aguardar nas filas.

Pois levantamentos mostram que muitos desses locais, não disponibilizam assentos para os portadores de deficiência se acomodarem, enquanto aguardam o atendimento.

Por se tratar de reivindicação de todos os portadores de deficiência e de suas respectivas famílias, solicito o apoio e a aprovação dos excelentíssimos deputados ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 190/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Rotarianos de Carlópolis-PR, com foro e sede no município de Carlópolis-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Rotarianos de Carlópolis-PR, fundada no dia 28/03/2002, com sede na cidade de Carlópolis, à Rua Dr. Paulo e Silva, nº 1026 - Bairro Bela

Vista, é uma associação de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar atendimento às pessoas, famílias e gestantes carentes, resgatar crianças e adolescentes, incentivando-os à prática de esportes e, incentivar a comunidade para uma maior participação no processo de trabalho coletivo.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pela Associação de Rotarianos de Carlópolis, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 191/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Jamil Assad Jamus, com foro e sede no município de Mauá da Serra-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Jamil Assad Jamus, fundada no dia 21/05/1990, com sede no município de Mauá da Serra, é uma associação, sem fins lucrativos, que tem por finalidade melhorar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da população assistida, representar os moradores junto aos órgãos públicos pleiteando benefícios, bem como promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico da comunidade.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pela Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Jamil Assad Jamus - Amoja, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 192/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentas de pagamento das taxas estaduais, relativas à emissão e/ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação, as pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo Único - A isenção instituída abrange o pagamento de quaisquer exames médicos exigidos pelas autoridades competentes.

Art. 2º - Para os efeitos exclusivos desta lei, considera-se pessoa portadora de deficiência a que se enquadre pelo menos numa das seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência física - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Este projeto foi inspirado em norma legal editada neste Estado, através da qual foi concedido benefício a um importante segmento da população.

Por considerar a medida extremamente justa, pretendemos beneficiar, também, as pessoas portadoras de deficiência, cujas dificuldades são sobejamente conhecidas.

PROJETO DE LEI Nº 193/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os policiais civis do Estado do Paraná isentos de tarifa no transporte coletivo interestadual, devidamente identificados e credenciados junto às empresas do setor.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.04.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa conceder isenção tarifária no transporte coletivo interestadual, aos policiais civis do Estado do Paraná, em virtude de que muitos desses servidores públicos, encontram-se hoje residindo em uma cidade e prestando serviço em outra.

A defasagem salarial é outro fator que estimula este projeto de lei, tendo em vista que o alto custo das passagens, faz com que o policial tenha um gasto alto, onerando assim seu orçamento familiar.

Revedo reportagens nos diversos veículos de comunicação do Estado, nota-se o constante aumento no índice de assaltos a ônibus, principalmente nas rotas que levam a Foz do Iguaçu. A presença de um policial civil, mesmo que fora de serviço, elevará a sensação de segurança dos passageiros. O estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, diz que “O policial civil, mesmo não estando em serviço ou em plantão, tem obrigação de socorrer vítimas nas ocorrências que presenciar...”.

Chegando-se à conclusão que a isenção tarifária para o policial civil, não trará prejuízos ao erário público, mas sim benefícios à classe da Segurança Pública, pedimos a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 194/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o projeto “A Casa do Vestibulando”, consistente da instituição de cursos pré-vestibulares gratuitos, destinados aos estudantes oriundos da rede pública de ensino.

Art. 2º - Os cursos de que trata esta lei poderão ser organizados e mantidos:

I - diretamente pelo Poder Público;

II - pelas seguintes entidades, isoladamente ou em conjunto:

- a) de representação discente;
- b) de representação docente;
- c) de representação de diretores;
- d) associações de pais e mestres;
- e) organizações não-governamentais.

Parágrafo Único - Fica assegurada, às entidades arroladas no inciso II, a participação no planejamento e prestação das atividades dos cursos que trata esta lei, quando mantidos diretamente pelo Poder Público.

Art. 3º - Serão concedidos incentivos fiscais e jurídicos que, através de doações ou patrocínios, destinem recursos ou que de outra forma contribuam para a implantação e manutenção dos cursos de que trata esta lei.

Art. 4º - Caberá à Secretaria de Educação, ouvido o Conselho Estadual da Educação, e observado o disposto no decreto de regulamentação desta lei:

I - editar normas relativas aos aspectos disciplinares e pedagógicos dos cursos de que trata esta lei;

II - estabelecer os requisitos a que as entidades enumeradas no inciso II do artigo 2º deverão atender, para organizar os cursos de pré-vestibulares gratuitos, ou deles participar;

III - observados os requisitos a que se refere o inciso anterior, proceder ao credenciamento das entidades aptas, bem assim ao descredenciamento das que não os atendam.

Art. 5º - É vedada a cobrança de qualquer taxa, inclusive de matrícula, dos estudantes a que se destinam os cursos que cuida esta lei.

Parágrafo Único - Sem prejuízo de outras penalidades, o descumprimento do disposto no *caput* implicará o descredenciamento da entidade infratora.

Art. 6º - Os cursos de que trata esta lei deverão ser amplamente divulgados para a comunidade escolar dos estabelecimentos da rede pública de ensino.

Parágrafo Único - O texto integral desta lei deverá ser afixado, com destaque, nas dependências dos estabelecimentos a que se refere o *caput*.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.2003

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto, visa uma ação conjunta de toda a sociedade e o Poder Público local, que não pode ficar indiferente a esta situação. O objetivo principal é poder criar condições para os estudantes do ensino médio da rede pública de ensino para pleitearem vagas oferecidas pela Instituição de Ensino Superior, combatendo assim uma das formas de desigualdades sociais, que hoje se apresenta à população que está nas escolas públicas, facilitando assim o acesso à Universidade através da melhor preparação dos vestibulandos.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente Natalio Stica, senhoras e senhores deputados.

Gostaria hoje de relatar, mais uma vez, a questão da Segurança Pública em nosso Estado. Ontem, em Londrina, na zona oeste da cidade, no Jardim Maracanã, uma senhora de 49 anos de idade conseguiu se libertar do cativado que vivia durante uma semana, e por ousar denunciar o acontecido à polícia, teve a sua humilde casa e o carro que estava na garagem, incendiados.

Ontem à noite até a Igreja dos Capuchinhos, no bairro das Mercês, foi vítima dos assaltantes. Só este ano foram 27 os templos religiosos visitados pelos marginais.

E o que a gente lamentavelmente conclui é que a distância entre o discurso e a prática é abismal no que tange ao que se prega e ao que se cumpre sobre a Segurança Pública no Estado. Basta analisar os 100 primeiros dias de governo para se chegar a esta conclusão. Quando o governo prometeu fazer a “limpeza da polícia”, todos apoiamos, mas não esperávamos que ela fosse feita às avessas, pois a transferência de policiais sem critérios técnicos ou legais de suas delegacias de origem tiveram caráter meramente político e persecutório. Imaginávamos que o governo afastaria a “banda podre” da polícia e não os policiais que nunca tiveram mácula em anos de carreira, mas que cometeram o “crime” de não apoiar o então candidato Roberto Requião.

Enquanto isto, a criminalidade atinge números alarmantes, principalmente homicídios e assaltos à mão armada, em todas as regiões do Estado. Com um fator ainda mais preocupante: tendo não apenas a população comum como vítima, mas até membros do “staff” governamental, como o secretário Renato Adur e a esposa que sofreram seqüestro-relâmpago. E a quem devemos reclamar? Ao secretário da segurança? Não, porque ele não foi nomeado ainda! Quando os bandidos passam a demonstrar que não temem mais o aparato policial, como acontece em Londrina, ou em Foz do Iguaçu, onde até autoridades estão à mercê do banditismo, ou na Região Metropolitana de Curitiba, onde chacinas tornam-se corriqueiras, há que se tomar providências urgentes para evitar que a escalada da violência não se transforme num problema incontornável que venha atingir outras esferas do poder.

Tome-se o exemplo do Rio de Janeiro, Estado comandado pelos traficantes que chegam até a ser consultados por ministros quando estes pretendem subir o morro!

Mas, senhor governador, estamos apenas no início do seu mandato, ainda é possível contornar estes obstáculos e resolver os problemas que afligem a todos nós. É desnecessário afirmar que este foi mais um legado do governo anterior. Não se pode responsabilizar o atual governo por todas as mazelas existentes, nas medidas emergenciais podem aplacar esta crise. Uma delas é a nomeação de um secretário da Segurança Pública que conheça a realidade paranaense com profundidade. Até para que este tenha mais tempo para se dedicar à tão espinhosa função, desobrigando o governador do acúmulo de cargos, permitindo, inclusive a cobrança da comunidade, sem constrangimento. A nomeação tem o fito ainda de proteger o posto de maior mandatário do Estado, evitando o desgaste de ocupar a missão de “xerife”. A promessa de campanha já foi cumprida, agora é a hora de governar com racionalidade, sem revanchismo, para que o Paraná volte a ter a melhor polícia do Brasil. Um Estado que tinha orgulho de dizer: “aqui bandido não cria”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próxima oradora inscrita no Pequeno Expediente, senhora deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas Luciana, Elza e Arlete. Gostaria, como representante da cidade de Maringá e também da sua região, bem como aqui nosso colega Padre Paulo, de convidar não só os deputados e deputadas, mas também a presidência desta Casa, para participar no próximo sábado, dia 12/04, da inauguração de uma fábrica bastante importante. Aliás será a única no Estado do Paraná que é a fábrica de sucos da nossa grande cooperativa Cocamar.

Quero ler aqui, um ofício encaminhado a esta presidência e também a todos os deputados e deputadas, do presidente da Cocamar, Luiz Lourenço.

(Lê):

“Maringá, 08 de abril de 2003.

Excelentíssima Senhora

CIDA BORGHETTI

Deputada Estadual

É com grande satisfação que convidamos V. Exa. assim como os parlamentares dessa Assembléia, para participar da solenidade de inauguração de nossa Fábrica de Maionese, Sucos de Frutas e Sucos de proteína de Soja, que acontecerá dia 12 de abril de 2003, a partir das 10h30min, na Av. Oswaldo de Moraes Corrêa, 1000 em Maringá, com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Vale ressaltar que se trata de um investimento de grande importância econômica para a região, única fábrica do gênero no Estado do Paraná, possibilitando geração de emprego e renda em uma cidade que é caracterizada como pólo regional de uma área praticamente agrícola.

A indústria consolida a Cocamar como empresa de varejo, unindo o produtor ao consumidor, promovendo assim, o ideal do cooperativismo por meio da agregação de valores ao produto e fortalecendo a sua importância no desenvolvimento da economia regional.

A Cocamar conta com 5.600 cooperados, na maioria pequenos e médios produtores, emprega 2.800 funcionários diretos, e obteve um faturamento, em 2002 de 775 milhões, com projeção de 1 bilhão para 2003.

Participei de uma reunião anual da Cocamar, onde 8% dos cooperados são mulheres que lutam na agricultura por dias melhores.

Deus criou o homem e deu a terra de sustento. O Padre Paulo sabe disso. Deputada Elza, as mulheres tem trabalhado a favor da sua gente e a favor da nossa terra.

A Cocamar tem um programa social importante que é a Cocamar. Também tem uma parceria e um programa ecológico que chama Cocamar Ecológica e que tem feito um belo trabalho.

Gostaria de ressaltar mais uma vez o convite e pedindo aos deputados, que possam estar em Maringá,

prestigiando o Exmo. Sr. presidente da República, Maringá e toda região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de manifestar nesta tribuna sobre a segurança no Paraná. Quero louvar a preocupação do deputado Barbosa Neto, e acho que todos devemos ter essa preocupação, porque é responsabilidade desta Casa, como é do governo e do povo do Paraná.

Quero contestar na tribuna e eu imagino que a preocupação e as cobranças são válidas, mas as críticas no sentido das transferências dos policiais, quero dizer que pelo menos na minha cidade, Foz do Iguaçu, não ocorreu desta forma. Lá ocorreu a transferência de inúmeros policiais militares e civis. Para se ter uma noção, cerca de setenta policiais foram transferidos de Foz do Iguaçu, e o comandante da Polícia Militar me convidou para ir ao quartel e mostrou a relação dos policiais que estavam sendo transferidos e pediu que não houvesse interferência, porque todos são por mau comportamento, inclusive da Polícia Civil. Isso é normal em todo o Brasil.

Tenho conversado muito com o governador Requião, com o delegado geral da Polícia Civil e pouco ocupo esta tribuna, mas posso garantir que sou quem mais vai ao Palácio e à Secretaria. Tenho ido constantemente e tenho discutido com o governador sobre a nomeação do secretário da Segurança.

Claro que a sua preocupação é válida. Encaramos isso com a preocupação de V. Exa. e dos deputados desta Casa, mas me parece que para colocar na rua, fazer a chamada “limpeza” - e o governador vai fazer isso, não vejo como possa ser feito com um simples decreto e botar na rua esse ou aquele policial. É um trâmite burocrático e tem que ser seguido e isso com a preocupação de V. Exa e dos deputados desta Casa, mas me parece que para colocar na rua, fazer a chamada “limpeza” - e o governador vai fazer isso, não vejo como possa ser feito um simples decreto e botar na rua esse ou aquele policial. É um trâmite burocrático e tem que ser seguido e isso está sendo feito - posso empenhar a minha palavra, porque tenho conversado com o governador Requião. São inúmeros os delegados e policiais que estão tendo os processos conferidos. Têm processos administrativos de cinco ou seis anos que foram feitos pelo Conselho da Polícia, e no entanto estavam trabalhando, estavam usando arma, estavam no seu trabalho normal. Isso agora com certeza vai ser mais rápido. Tem que ser.

Imagino que esse trabalho, essa decisão dessa limpeza ética, como diz a polícia, e essa melhoria na polícia, não é apenas com a nomeação de um secretário de Segurança; é a política adotada pelo governo aqui no Paraná.

Por exemplo, a criminalidade em Foz do Iguaçu, em Londrina, aqui em Curitiba, não é maior que a do Rio de Janeiro e de São Paulo que tem secretário de Segurança até com força-tarefa. O que precisa, realmente, é adotar uma política para conter essa violência instalada pelo País afora.

Claro que não é só fazer cadeia, nem trocar o secretário de Segurança. É a política que tem que ser adotada pelo governo para que a população possa ter mais tranquilidade. E começa pelo desemprego - que é em massa - mas quero louvar o deputado Barbosa Neto, pela sua preocupação, e tenho certeza absoluta que o governador Roberto Requião, que ainda não nomeou o secretário de Segurança, mas já tomou medidas importantíssimas na Copel, na Sanepar, em vários órgãos deste governo, vai chegar, com certeza, a um bom termo, na Segurança Pública do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar que estamos recebendo visita dos alunos do 4º ano de Direito, da Faculdade Curitiba. Estão acompanhados pela professora Gressi. Obrigado pela visita.

Com a palavra a deputada Elza Correia.

A DEPUTADA ELZA CORREIA

Senhor presidente, senhores deputados, companheiras.

Rapidamente vou falar sobre um outro tema, mas queria que ficasse consignado também aqui na Casa, que nós não seremos governo acrítico. A crítica é importante, é saudável na construção da democracia, portanto é sempre bem-vinda. Mas defendo a postura do governo Roberto Requião em relação à questão da segurança, porque as suas ações - conforme já colocou nosso companheiro Dobrandino -, têm apontado de forma firme e bastante explícita sua responsabilidade e compromisso no combate à violência, no combate à banda podre da polícia. Nesse sentido, ele já está tomando uma série de providências - que são públicas, para apresentar, explicitar a sua política pública em relação à polícia no Estado. Mas, evidentemente que não serão resolvidos, e nem era de se esperar que problemas anacrônicos e seculares como estamos vivendo no Estado, reflexo da situação nacional, fossem resolvidos em cem dias.

Mas, para Londrina, por exemplo, o governador Roberto Requião já investiu com novos escrivães, com autorização para conserto de viaturas, investimentos em estruturas sucateadas e desrespeitadas durante os 8 anos do governo que os antecedeu.

Posto isso, passo a ler, rapidamente, um texto em relação a um tema que considero extraordinariamente importante para a democracia brasileira e na luta pela limpeza ética indispensável e necessária que temos que fazer, se quisermos trabalhar na construção de uma nova ordem social, onde não haja lugar para corrupção, para os

desmandos e para a impunidade que toma conta da Nação brasileira.

(Lê):

“Na última quinta-feira o Ministério Público Estadual conseguiu que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça declarasse a lei sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que estende o foro privilegiado a ex-agentes políticos, como inconstitucional. O Tribunal de Justiça do Estado foi pioneiro na decisão e agora juízes e promotores de primeira instância podem continuar na análise dos casos de corrupção aqui no Paraná, graças ao precedente aberto no caso Olvepar, que também é objeto de investigação pela CPI Copel/Sercomtel aberta nesta Casa. Uma das grandes vitoriosas na questão é a própria procuradora do MP, Maria Tereza Uille Gomes, que se empenhou com todas as forças para fazer os julgamentos em primeira instância feitos sobre o caso Olvepar, que envergonha a todos.

Nesse episódio, especificamente, o MP apontou prejuízos de R\$107 milhões ao erário do Paraná, por meio de uma operação fraudulenta que envolve o ex-presidente da Copel. Os fatos levaram a defesa de Ingo Hübner a questionar a competência do juiz da Central de Inquéritos, que decretou as prisões, para analisar o caso. Com a decisão do Tribunal de Justiça, as prisões dos oito acusados podem ser agora renovadas, afim de garantir a ordem pública.

A decisão do TJ de declarar inconstitucional a Lei 10629, aprovada às vésperas do Natal pelo Congresso e pelo ex-presidente Fernando Henrique, foi mais uma vitória contra o que a população, contra a democracia que costuma tratar pelo nome de privilégio à classe política. A adoção da tese do foro privilegiado para ex-agentes políticos, como prefeitos, secretários, governadores, para nós-deputados estaduais - e deputados federais, e até para juízes, prejudicaria, sem dúvidas, a estrutura judiciária, além de tirar das mãos dos promotores e juízes locais o julgamento de questões de corrupção e improbidade administrativa. O juiz Nicolau dos Santos Neto, “Lalau”, requereu o foro privilegiado e o obteve. O ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) e a senadora Roseana Sarney também ganharam o privilégio. Aqui no Paraná, advogados de réus acusados de improbidade administrativa também não perderam tempo e requereram a garantia com base na lei aprovada pelo ex-presidente da República. Fernando Henrique Cardoso

A eficiência dos tribunais superiores seria colocada em xeque, já que estes não têm estrutura para suportar a demanda de processos que subiriam das varas locais. Só em Londrina há mais de 30 processos civis e criminais contra o esquema de corrupção denunciado pelo Ministério Público. Todas as ações viriam parar no Tribunal de Justiça e tribunais superiores, atrasando substancialmente os processos e postergando ainda mais uma punição para os acusados dos desvios de dinheiro das ações da Sercomtel. Foram 186 milhões de dólares, que desapareceram dos cofres públicos de Londrina e há fortes indí-

cios de que foram utilizados inclusive para financiamento de campanhas eleitorais.

Por todo o País, quase doze mil promotores seriam impedidos de continuar nas investigações locais. No Paraná, apenas 27 procuradores poderiam continuar com as investigações já feitas em todo o Estado. Um dano considerável, sem dúvida. Dos dezoito desembargadores do Tribunal de Justiça, 16 se pronunciaram contra o foro privilegiado para ex-agentes políticos.

A decisão vem de encontro à iniciativa da qual essa deputada participou em Londrina, quando em dezembro do ano passado mobilizamos uma comitiva da cidade, de lideranças locais, em torno do Movimento Pés-Vermelhos e Mãos Limpas e fomos até Brasília discutir com o Senado Federal e pedir ao líder do governo de Fernando Henrique, Romero Jucá, que não aprovasse a Lei da Mordada.

Na ocasião tivemos também uma senadora do PT, Heloisa Helena, que junto conosco tinha a mesma idéia em relação a este caso que, infelizmente, depois foi aprovado com a ajuda dos senadores do Partido dos Trabalhadores-PR. Infelizmente.

Nessa sentido a Lei da Mordada, que além de impedir a divulgação de informações sobre investigações à imprensa, ainda concedia o foro privilegiado a ex-governantes. Na ocasião constatamos as maiorias das entidades importantes da área judiciária, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Membros do Ministério Público (Conamp), e ainda a OAB, CUT, Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e diversas outras associações.

Uma verdadeira romaria tentando impedir o absurdo da votação dessas leis.

A AMB e o Conamp com o apoio total deste movimento, ajuizaram duas ADINS no Supremo Tribunal Federal para impedir a adoção do foro privilegiado. Apesar do coro unânime contrário, o Congresso Nacional e o presidente FHC ignoraram os apelos de todo o país, e aprovaram a lei que agora o tribunal de Justiça do Paraná considera inconstitucional.

Uma vitória ímpar que serve de exemplo para os tribunais de todos os outros Estados brasileiros, assim como para o STF quando houver o julgamento das Adins que podem exterminar de vez esse privilégio concedido à classe política. Privilégio, aliás, concedido no apagar das luzes de um governo que se foi mas deixou marcas profundas na tentativa de abalar o funcionamento da democracia brasileira, emperrando o funcionamento saudável do Poder Judiciário.

Sinto-me lisonjeada e feliz com essa decisão, porque fui uma das ativas participantes do movimento contrário a essas leis absurdas, que contraria um processo democrático e nos envergonha a todos.”

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, convidados, imprensa.

Faço uso da tribuna, para rememorar uma polêmica que aqui se estabeleceu em relação às verbas ou emendas parlamentares federais não liberadas. Também, de resto, acontece com emendas estaduais.

Ontem, o presidente Lula com coragem se pronunciou no sentido de que terminaria ou daria continuidade aos programas sociais e obras iniciadas no governo Fernando Henrique. Disse, também, com coragem, assumindo uma nova postura política madura, no sentido de não realizar nenhuma obra antes que as obras já iniciadas no passado tivessem o seu término.

Essa é a postura de um governante maduro, é a postura daqueles que acreditam que o Brasil não começou no início do seu mandato e não terminará ao término desse mandato.

Retomo essa polêmica para fazer justiça, porque a bem da verdade nós temos no Paraná inúmeras obras inacabadas, rodovias, BRs que merecem a atenção e devem ser terminadas.

Hoje o presidente da República fez um discurso emocionado, no sentido também de definir o programa de regularização fundiária para equacionar a situação habitacional de milhões de brasileiros. Outros tantos poderiam estar esperando do presidente da República um programa de construção de obras que de fato pudesse empolgar ou dar visibilidade, mas o governante responsável deve dar continuidade aos programas que estão dando certo.

Portanto, retomo o sentido de restabelecer a verdade. O que aconteceu com as emendas parlamentares que não foram liberadas e que se referiam às obras a serem iniciadas. E essa postura do presidente da República só reforça a sua credibilidade internacional. O risco Brasil caiu muito. O dólar em queda e o mundo em pânico com uma guerra louca promovida pelos EUA, Inglaterra e Espanha.

Vivemos um bom momento. Nós aqui do Paraná temos, sim, a expectativa de viver e nos beneficiar desse bom momento que o País vive. Compete aos homens sérios deste País que definiram na política a forma de transformar a realidade e reforçar essa postura.

Também faço uso da palavra neste momento para parabenizar o secretário de Saúde do meu município que, de forma articulada, não obstante aos problemas enfrentados pela dengue, comemora hoje a queda, em seu mandato, de 25% da mortalidade infantil, um dos menores índices de municípios desse país, quando a média nacional é em torno de 28 por mil. Em Londrina temos 10,4 por mil, privando que uma política de saúde ou uma política social não pode ser julgada de forma parcial, observando apenas alguns índices. Os índices de qualidade de vida que uma cidade pode proporcionar, têm fundamentalmente na criança e no adolescente, a melhor referência.

Parabenizo o secretário, como também agradeço o governo do Estado que lá esteve sendo solidário nesse momento difícil do processo da dengue. Agradeço o governador Roberto Requião por liberar recursos para o nosso município, já prometidos no passado e que não haviam sido liberados.

Portanto, a sintonia que estamos vivendo no Paraná entre os governos estadual e federal deve ser valorizada, e nós, deputados, podemos viver e apostar num mundo melhor.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Terminado o Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente que está destinado à superintendente, Sra. Elizabete Lobo dos Santos Elpo.

Convido o deputado Natálio Stica para fazer a apresentação da oradora.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados e ilustres visitantes.

Dias atrás tivemos uma belíssima apresentação por parte do secretário de Desenvolvimento Urbano o ex-deputado Renato Adur, onde nos deixou profundamente indignados com aquela apresentação feita onde mostra o Estado do Paraná como 5º Estado; dos mais pobres do Brasil.

Na Região Sul não dá para fazer um comparativo entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Solicitei um pedido para a Dra. Elizabete que é superintendente do INSS aqui no Paraná, de uma agência do INSS na cidade de São Mateus do Sul, cidade que abrange uma grande região e que não tem uma agência do INSS; precisam se deslocar para União da Vitória, fazendo aquela peregrinação.

E, qual a minha surpresa, quando a superintendente do INSS me disse que nós também, em relação ao INSS, estamos exatamente idênticos àquela projeção do IDH, ou seja perdendo e perdendo muito para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina. E uma carência muito grande de agências aqui, no nosso Estado.

De imediato, a superintendente tem um pedido de vinte agências no Paraná, e por quê convidei-a para vir aqui, tomar um pouco do seu tempo? Para que fizesse uma apresentação do quadro real que o Paraná passa, porque nós, os deputados, temos a obrigação de ajudá-la a trazer essas agências para o Estado do Paraná. Independente de região, primeiro precisamos ganhar a batalha de fazer com que o Paraná tenha essa, no mínimo, vinte agências, de imediato e logo na sequência possamos discutir quais as regiões que mais se encaixam.

Por isso, pedi e agradeço à Dra. Elizabeth, que vai fazer uso da tribuna, para expor a situação real do nosso INSS aqui do Estado do Paraná.

Por favor, Dra. Elizabeth, faça uso da tribuna e coloque esse quadro aos nossos deputados.

Muito obrigado!

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO

Senhores deputados, excelentíssimo senhor vice-presidente desta Casa.

Primeiramente, gostaria de agradecer à vice-presidência pelo reconhecimento e apoio manifestado, e principalmente pela oportunidade que está me dando de vir aqui apresentar o projeto de ampliação de rede da Previdência Social no Estado do Paraná.

É uma prioridade da nossa gestão e ela busca a representatividade de Previdência no Estado, aumentando a capilaridade previdenciária junto à população dentro de uma estratégia mais ampla de inclusão social e maximização do potencial econômico do Estado do Paraná.

A importância da Previdência nos municípios fica evidenciada quando vemos que em 62% dos municípios paranaenses é injetado mais recursos através de benefícios da Previdência de que pelo fundo de participação dos municípios. Através do pagamento de benefícios diretamente à população, se cria a oportunidade de ampliação econômica dos municípios.

É importante lembrar os impactos significativos que os recursos da Previdência Social exercem na economia desses municípios. Entretanto, os recursos injetados aqui no Paraná poderiam e deveriam ser maiores se comparados com a realidade dos nossos Estados vizinhos da Região Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dentro dessa premissa, a partir das quarenta unidades de atendimento que haviam no nosso Estado no ano de 2000, implantamos nos últimos dois anos, onze novas unidades, totalizando, agora, cinquenta e uma unidades de atendimento no Estado do Paraná. Porém, ainda assim, é necessário ampliarmos a extensão da rede de atendimento através da criação de novas agências.

Em razão do número significativo de municípios, o contingente populacional, bem como o volume de arrecadação *versus* benefícios mantidos e benefícios pagos, o que queremos destacar é que o nosso Estado precisa unir esforços políticos que garantam a alteração dessa realidade.

Temos uma população de nove milhões, quinhentos e sessenta e três mil habitantes e pagamos em 2002 quatro bilhões e quatrocentos e cinquenta e dois milhões através dos benefícios previdenciários. Enquanto o Rio Grande do Sul com dez milhões cento e oitenta mil habitantes, pagou no mesmo período sete bilhões quatrocentos e dezenove bilhões e o Estado de Santa Catarina com uma população de cinquenta milhões e trezentos e quarenta e nove mil habitantes pagou três milhões, trezentos e dezessete mil em benefício.

O número de unidades de atendimento influencia diretamente o acesso da população ao requerimento de benefícios.

Hoje temos no Paraná cinquenta e uma unidades. Foram feitos requerimentos em 2002, duzentos e oitenta e cinco mil benefícios. Entretanto, no Rio Grande do Sul, com a população praticamente igual à nossa, foram requeridos quatrocentos e dez mil benefícios no mesmo período e em Santa Catarina, com cinquenta e duas unidades, uma a mais que nós, tem nesse período o requerimento de duzentos e cinquenta e três mil benefícios.

A Previdência tem buscado acelerar o seu processo de modernização, transformando os antigos postos em modernas agências. Investiu na informatização, imprimiu mais agilidade aos seus serviços, avançou no aprendizado de melhoria de qualidade do serviço público e de sua credibilidade, implantando o Previfone, o Previfácil, o Cartão do Contribuinte, o Previmóvel, o Previcidade e o Previcidadão.

Mas, a nossa população necessita de orientação e atendimento diretos. Os números assim comprovam.

Solicitamos então, o encaminhamento dessa demanda do Estado do Paraná, ao qual estou anexando um projeto ao excelentíssimo governador do nosso Estado, para que analise a situação ora apresentada.

Paralelamente estamos propondo uma apresentação similar desse projeto à Bancada Federal, para que a proposta de ampliação mínima de 19 unidades, totalizando um total de 70 unidades para o nosso Estado, seja encaminhado ao senhor ministro da Previdência Social e ao senhor presidente do INSS, reivindicando o aumento mínimo dessas 19 unidades.

Essa relação de atendimento, mesmo nós alcançando as 70 unidades, vamos ter uma unidade para atender 136.621 habitantes. Dados ainda inferiores aos observados na atual rede de atendimento de Santa Catarina que hoje estabelece uma unidade para 102.877 habitantes; e Rio Grande do Sul, uma unidade para 103.895 habitantes.

Então, observem senhores, a importância e a solicitação mínima que estamos fazendo.

Destaca-se que hoje a rede de 51 unidades existentes representa a relação de uma unidade para atender 187.519 habitantes. É praticamente impossível e inviável esse atendimento.

Sugerimos que a proposta seja apresentada em sua totalidade como destacou o excelentíssimo vice-presidente desta Casa.

Para que o Paraná receba as 19 unidades e que posteriormente passamos à análise técnica para o encaminhamento dos municípios a serem contemplados, haja vista critérios a serem seguidos, assim como parcerias a serem estabelecidas com as prefeituras municipais.

Em melhor momento não poderíamos receber e aqui poder transmitir essa informação.

Publicado o Decreto Presidencial nº 4660 de 02/04/2003, estamos nos inteirando ainda do teor do seu conteúdo em razão da necessidade de uma análise comparativa com a estrutura toda do INSS, mas já identificamos no dia de ontem após o agendamento em nível

nacional, está sendo criada a possibilidade de abertura de 77 agências.

Essa oportunidade viabiliza o encaminhamento político do nosso Estado para a presente reivindicação.

Acreditamos que a presente proposta de ampliação e melhoria da rede de atendimento, a previdência social poderá proporcionar uma injeção de renda pelo mecanismo de redistribuição da receita previdenciária em aproximadamente três bilhões de reais por ano, fomentando a economia do nosso Estado e conseqüentemente afetando positivamente o volume de arrecadação necessário para o pagamento desses benefícios.

Aproveitamos então o momento para fazer a entrega oficial desse projeto que fundamenta a defasagem do atendimento da Previdência em nosso Estado e destaque que entregamos projeto similar ao senador Flávio Arns, que muito bem recebeu este projeto e que também se colocou à disposição para articular a Bancada Federal.

Nós colocamos à disposição desta Casa e, principalmente, à causa do nosso Estado, que não pode continuar sendo tratada sem a consideração que lhe é devida. E, para os encaminhamentos que se fizerem necessários, ou perguntas que possam os senhores ter, colocho-me, mais uma vez, à disposição.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradeço e peço à Sra. Elizabeth que permaneça por alguns instantes na tribuna para consultarmos aos senhores deputados se desejam fazer algumas perguntas à superintendente do INSS aqui no Paraná.

Com a palavra, o deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Queria, primeiro, elogiar a postura do nosso vice-presidente, Stica, no sentido de convidar a doutora Elizabeth, que vai conduzir os destinos do INSS aqui no Paraná, juntamente com a sua equipe. E também parabenizá-la pelo estudo, que já tive oportunidade de analisá-lo, e dizer, senhor presidente, que esta Casa, a liderança do Governo, todas as lideranças partidárias, deveríamos, ao recebê-lo e, analisando, procurar o governador, procurar as lideranças estaduais, porque essa sim é uma causa que certamente impactará na economia, principalmente dos pequenos municípios.

O recebimento das aposentadorias e benefícios que, muitas vezes, lavradores, trabalhadores, não tendo agência, passam a não ter acesso a esse direito de cidadania, significaria um impacto nas economias, especialmente nas economias dos pequenos municípios.

Queria, novamente, congratular com a doutora Elizabeth e dizer que esta Casa, este deputado certamente serão parceiros desse projeto, no sentido de viabilizá-lo, junto com o presidente da República e com o ministro da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradeço, deputado André Vargas e passo a palavra à deputada Luciana Rafagnin, líder do PT.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo requerimento e também a Elizabeth, pela sua presença aqui.

Temos uma grande preocupação quando falamos na questão da previdência com relação a muitos processos que vêm para cá e demoram anos para ter uma devolução lá para a pessoa que está solicitando o benefício.

Gostaria, se possível, se a senhora tiver como esclarecer isso, se existe uma perspectiva de acelerar um pouco esse processo, como é que a senhora está vendo. Não sei se a senhora já pode nos fornecer essa resposta, mas se existe uma previsão de alguma coisa poder acelerar um pouco mais o processo de devolução, principalmente de recursos, do que vêm para cá e que muitas vezes ficam três ou quatro anos sem a pessoa saber se vai receber a sua aposentadoria ou não vai. Acredito que esse seja um dos maiores problemas enfrentados aí na agência.

E ao mesmo tempo, senhor presidente, gostaria de solicitar que nos fosse entregue, na Liderança do Partido, as notas taquigráficas de todo o pronunciamento, porque foram muitos os dados e nós nos perdemos aqui ouvindo, mas são dados importantes que necessitamos e eu gostaria de ter isso em mãos.

Obrigada!

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO

Senhora deputada, acho que o que acabamos de apresentar justifica, em termos, essa sua questão apresentada. Na verdade, uma agência está atendendo uma população de cento e oitenta e sete mil habitantes. São praticamente inviáveis as nossas condições. Por hora, com esta - posso dizer - ousadia de termos aberto agências, o Paraná está recebendo, através do concurso público que o INSS recém prestou, oitenta e poucas vagas. Essas vagas não são o suficiente, seria uma reposição pura e simplesmente de vagas terceirizadas, mas haja vista essas unidades novas que foram contempladas em 2002, nós vamos ter algumas vagas a mais e se não tivéssemos ousado, com certeza não as teríamos.

Então, esse concurso não vai ser o suficiente para suprir toda nossa demanda, mas acredito que com a nossa luta pela ampliação das agências, no decorrer do tempo conseguiremos melhorar o atendimento à população.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Passo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Queria cumprimentar o deputado pela iniciativa e também à nossa convidada, ex-corretora, Elizabeth.

Dizer o seguinte, Elizabeth: eu considero a preocupação trazida por você, uma preocupação que tem que ser

coletiva, de nós todos. Nós sabemos, falo por experiência, que há uma demanda reprimida enorme, e normalmente as pessoas, a população que busca o atendimento, em sua grande maioria, é população de baixa renda, a população que já é, dentro do nosso sistema de exclusão social, bastante agredida e violentada aos seus direitos de cidadania. E, em função do excesso do volume de trabalho e do número insignificante, digamos assim, em relação ao número de atendimentos feitos dessas agências, são idas e vindas, um verdadeiro martírio para a maioria da população, para os que buscam atendimento nos postos do INSS. Entendemos que essa é uma questão grave, esta é uma questão seriíssima e que, de fato, tem que haver a intervenção, tem que haver o necessário apoio político, para que esse problema seja, se não resolvido, minimizado.

Em outros setores há essa preocupação e nesse, agora, Elizabeth, você traz para o debate, para discussão, uma preocupação de todos, de uma maneira ou de outra, nas nossas cidades de origem, e agora como parlamentar, respondendo por um Estado todo, o Estado do Paraná, devemos colocar na nossa agenda como pauta das nossas preocupações e tentar colaborar e contribuir no que for necessário para que possamos minimizar esse problema. Sem dúvida é uma romaria sofrida, interminável, e sempre a desculpa é a mesma: excesso de trabalho, poucos funcionários para o atendimento, fora, ainda, apesar de ter melhorado bastante, a questão da burocracia que ainda está; é uma realidade dentro desse serviço.

Então, eu queria cumprimentá-la pela preocupação, pela responsabilidade e o compromisso que tem com esse tema e dizer que da minha parte quero ser uma parceria também na luta para que possamos melhorar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Com a palavra a doutora Elizabeth.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO

Muito obrigada pelo apoio, deputada!

Acho que nos colocando mais uma vez à disposição de toda a Bancada, isso dizer, da tentativa de uma moção assinada por todos os deputados, tendo em vista esse decreto, sabemos que as setenta e sete agências são para o Brasil todo, vários outros Estados também necessitam de ampliação da rede, e nós precisamos correr, nos apressar para conseguirmos o maior número possível.

Então, agradeço o apoio, principalmente da vice-presidência, e vamos na luta pelo nosso Estado.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Esta Presidência agradece à doutora Elizabeth pela explanação. E pode ter certeza, acabei de conversar com o deputado Hermas Brandão; faremos todo o esforço possível para que o Paraná tenha, no mínimo, essas dezenove

agências, de imediato, o que é muito interessante para o nosso Estado.

Muito obrigado, e conte com o apoio da Assembleia Legislativa.

A SRA. ELIZABETH LOBO DOS SANTOS ELPO

Muito obrigada ao senhor!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PL; PSC; PSL; PPS.

(**Declinam**)

PDT. Com a palavra o deputado Neivo Beraldin, seu líder.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, apenas para comunicar à Casa que amanhã, dia 09 de abril, no plenarinho da Assembleia Legislativa, a CPI do Banestado vai ouvir o ex-presidente, Domingos Murta Ramalho e também o ex-diretor do Banco no Paraguai, Alceu Carlos Presley.

Quero chamar a atenção para que os deputados membros da CPI do Banestado estejam no Plenarinho, às 10 horas, para que possamos ter uma reunião apenas com os membros da Comissão, após o que, às 10h30, começaremos a ouvir os depoentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo horário destinado ao PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB.

(**Declinam**)

PSB com a palavra. Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Utilizo desta tribuna hoje primeiramente para registrar o requerimento que estaremos apresentando à Mesa de um voto de louvor à Itaipu Binacional, pela inauguração do pronto-socorro de atendimento a usuários do SUS do Hospital Costa Cavalcanti, popularmente conhecido na região de Foz do Iguaçu como madeirinha. Todos conhecem a excelência do tratamento e o diretor da Itaipu Binacional, numa atitude grandiosa, põe esse pronto-atendimento, põe esse hospital, inclusive, no que diz respeito a tratamento oncológico que os pacientes que dispõem e necessitam desse tipo de tratamento hoje, têm que se deslocar até Cascavel e ele põe esse tipo de serviço à disposição da comunidade de Foz do Iguaçu e cidades vizinhas.

Então merece essa atitude, na pessoa do diretor, Jorge Samek, ex-vereador da cidade de Curitiba, pelos serviços que certamente a comunidade de Foz do Iguaçu e região saberá utilizar e foi contemplada e com maestria esse serviço que foi disponibilizado será muito bem compreendido e eu acredito que esta Casa deve manifestar esse louvor por essa atitude.

Num segundo momento eu gostaria de registrar aos nobres deputados, aos profissionais da imprensa aqui presentes a instalação, no dia de ontem, de uma comissão parlamentar externa para acompanhar a reforma tributária que está prestes a acontecer no Congresso Nacional.

Eu utilizo desse expediente da liderança do PSB, por entender que nós não podemos, na mesma esteira do que ocorreu no passado, cometer erros pela omissão. No passado nós tivemos com o advento da Lei Kandir, no momento em que o Brasil precisava incentivar as exportações, a desoneração do ICMS para que o país voltasse a crescer, principalmente no que diz respeito à Balança Comercial, e os mecanismos compensatórios que ficaram a posterior da lei serem estipulados, nós tivemos muitos problemas em virtude disso porque ficou a critério político essas compensações.

Também, com o advento da Constituição, nós tivemos o ICMS ou a forma de tributação que seria exercida através do imposto de circulação de mercadorias e serviço, que na grande maioria das hipóteses de incidência seria tributado no local de geração ou no local de produção dos produtos e serviços, exceto um, exceto a energia elétrica que através de um lobby foi na época criada uma exceção para que o Estado de São Paulo, que era e é o maior consumidor de energia elétrica, tributasse no destino e não na fonte, como era e são todos os produtos tributários pelo ICMS.

Então, nós não podemos na mesma esteira do que ocorreu no passado e esta comissão composta pelos deputados José Maria Ferreira, Durval Amaral e pelo deputado Reni Pereira, nós sabemos das limitações de nossa competência mas também sabemos da responsabilidade que todos nós aqui presentes temos perante o Estado do Paraná, perante os municípios do Estado do Paraná. E sabemos também da envergadura e dos reflexos que esta reforma tributária vai acarretar, principalmente no que diz respeito às receitas públicas, não só do Estado, mas também dos municípios.

Então, nós, cientes das nossas limitações, estaremos acompanhando, sim, estaremos vigilantes para que, a exemplo do que ocorreu no passado, não ocorram novamente lobbies de quaisquer espécies que venham dar um tratamento isonômico, porque temos certeza que estaremos perdendo, não só competência legislativa mas também estaremos perdendo receitas no momento em que o Paraná dá uma guinada na História, voltando para o pleno desenvolvimento.

Então, não podemos perder receitas de qualquer espécie.

Estaremos acompanhando vigilantes e peço a colaboração de todos os deputados no sentido que possamos fazer um amplo debate com a sociedade paranaense para que, novamente, não ocorram erros como no passado e nós fiquemos aí à mercê de passarmos o pires na mão, perdendo o que hoje já temos garantido. Com certeza, perderemos receita e nós precisamos deixar claro quais

são os mecanismos compensatórios, não só para o Estado do Paraná mas para todos os Estados da federação.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

No horário da liderança do Governo, concedemos a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente.

Hoje estão na pauta diversos projetos, sendo alguns deles, vetos. Nós estamos destacando dois vetos para votação em separado do conjunto dos outros. A maior parte dos projetos que estão sendo vetados o foram pelo governador Jaime Lerner, tem um apenas do governador Roberto Requião. Os vetos que devem ser mantidos são flagrantemente, inconstitucionais. Os dois vetos que estamos submetendo à apreciação e comandando a votação com a expressão SIM, isto é, pela derrubada do veto, um é da CPI dos Medicamentos, que já na oportunidade, ao término desses trabalhos, recomendou ao Governo do Estado, através de um projeto de lei, que as alíquotas de ICMS incidentes nesses produtos, sobretudo nos genéricos, não estivessem nos 17%, mas, sim, nos 12% como nos demais Estados.

Como o governo do Estado já vem readequando a legislação do ICMS, e recentemente anunciou um decreto do governo que deverá ser publicado, até a semana que vem, no Diário Oficial, reduzindo as alíquotas, através de diferimento, reduzindo de 18 para 12, se equiparado ao Estado de São Paulo, melhorando a produção e a circulação de mercadorias no nosso Estado.

Estamos recomendando a derrubada deste veto em relação à alíquota de 17 para 12 nos produtos genéricos, no Estado do Paraná.

E o outro é algo que pode melhorar um pouco mais; já é uma realidade em vários municípios do Estado do Paraná. Aqui o governo do Estado, na Capital do Paraná, tem dois próprios, onde tem um fluxo de pessoas para fluir bens culturais que é o Teatro José Maria Santos e o Teatro Guaíra.

Este projeto que é de autoria do deputado Edson Praczyk, estabelece que os idosos do nosso Estado terão desconto nas entradas para fluência de bens culturais. A cidade de Londrina já tem esta postura, Toledo a mesma coisa, diversos municípios. Estamos recomendando que este veto, que é uma medida salutar, seja apensado com a expressão Não, isto é que a gente derrube estes dois vetos. O restante, pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Esta Mesa agradece e recomenda a V. Exa. para, na hora oportuna, fazer novo encaminhamento para deixar muito claro a intenção de voto, já que V. Exa. enganou-se ao indicar o voto SIM e agora o fazendo pelo voto NÃO.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Voto SIM ao projeto e NÃO ao veto.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Na hora oportuna V. Exa. poderá encaminhar para que não parem dúvidas.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 584, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni constante do expediente, solicitando destaque dos itens 01 e 02 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje, para serem votados em conjunto, votando-se os demais itens em bloco. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 007/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 060/2001, de autoria da CPI dos Medicamentos, que reduz para 12% a alíquota do Imposto Sobre Circulação de Bens e Serviços - ICMS,

nas operações internas com medicamentos genéricos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO CTL/SEEG Nº 462/2001

Curitiba, 26 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 338/2001, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 060/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reduzir para 12% (doze por cento) a alíquota do ICMS nas operações internas com medicamentos genéricos.

O projeto de lei em referência não foi acolhido por inconstitucionalidade, eis que descumpre normas de finanças públicas impostas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000. Apresentando maior detalhamento quanto à impossibilidade da medida, é adiante transcrita manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos adota como razões fundamentais do veto ora apostado:

“Qualquer concessão de benefício fiscal está atrelada à Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Segundo estabelece o artigo 14 daquele diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como das medidas de compensação.

Transcreva-se abaixo, para melhor compreensão, a íntegra do mencionado dispositivo e seus respectivos parágrafos, *verbis*:

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhado de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação, de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em

caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 060/2001 encontra-se publicado no DA nº 176/2001, de 27.11.2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 007/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 060/2001, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos, reduz para 12% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços - ICMS, nas operações internas com medicamentos genéricos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 460/2001.

Curitiba, 26 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 318/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 343/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “aos idosos o pagamento de meia-entrada referente ao valor efetivamente cobrado para ingresso em casa de diversão, de espetáculos teatrais, musicais, circenses, em casa de exibição cinematográfica, parques, estádios, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer no Estado do Paraná”.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Cultura, considerando a medida, assim como está posta, contrária aos superiores interesses públicos, cujo inteiro teor, adiante transcrito, expressa às razões fundamentais do veto ora apostado:

“O Teatro Guaíra, visando oportunizar o acesso de um maior número de pessoas aos bens culturais, vem mantendo o preço único de R\$5,00 (cinco reais) nas produções que realiza com o Balé Teatro Guaíra e a Orquestra Sinfônica do Paraná. Este preço permite que todos, de qualquer faixa etária, possam assistir aos espetáculos dos Corpos Estáveis do Teatro.

As diversas outras produções que se apresentam no Teatro Guaíra e no Teatro José Maria dos Santos são realizadas por produtores culturais independentes que locam os auditórios do Guaíra e arcam com os custos das programações. Como não se tem em mãos dados referentes ao número de idosos que freqüentam teatros no Paraná, não é possível dimensionar o impacto que os produtores culturais teriam com adoção da meia entrada para maiores de 60 anos.”

Inobstantemente o veto ora apostado, e sensível à intenção de beneficiar pessoas idosas, esclareço que estou encaminhando a esse egrégio Poder Legislativo, mensagem dimensionando a medida a níveis de possibilidade de atendimento, ou seja, aplicar ingresso de meia-entrada em espetáculos promovidos diretamente pela Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 343/2000, encontra-se publicado no DA nº 171/2001, de 20.11.2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 10/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo

legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Em discussão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Apenas para reafirmar, a esses dois vetos o encaminhamento que estamos dando é pela derrubada dos vetos. A expressão é NÃO, para ser apensado na urna.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em se tratando de veto, a votação será secreta.

Solicito ao 1º secretário Padre Paulo Campos, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Padre Paulo Campos)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

Votaram 44 deputados.

Convido os deputados Carlos Simões, Artagão Júnior e Alexandre Curi, para fazerem a contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a expressão NÃO, 43 votos; com a expressão SIM, 01 voto; BRANCO e NULOS, 0.

Estão derrubados os vetos dos itens 01 e 02.

Votação em bloco dos itens nº 03 a 09, que serão lidos agora e já serão publicados na Ordem do Dia.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 106/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia. Ficam impedidos, os órgãos da administração pública direta e indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 283/2001

Curitiba, 01 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 135/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 106/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a “não cobrar taxa para inscrição em concursos públicos ingresso em seus quadros”.

O não acolhimento ao projeto de lei em epígrafe decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, opinando contrariamente à medida, sobre o argumento de que os valores obtidos pela cobrança de taxa de inscrição em concurso público, visam suprir parte de despesas com a realização do certame, tais como material, pagamento de elaborador de questões para a prova do concurso, pagamento de instrutores, aplicadores de prova, fiscais, publicações oficiais, aluguel do local onde se realizará a prova, confecção das provas e outras, de forma que a Administração pública não venha onerar em demasia o erário público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº106/2000, encontra-se publicado no DA nº 089/2001, de 21.06.2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 012/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 106/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que ficam impedidos, os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 150/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Ficam impedidos os órgãos da Administração Pública direta e indireta, de emitir ordem de serviço para iniciar novas obras antes do término das que estão em execução, e antes que os municípios tenham recebido as verbas dos convênios firmados anteriormente. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 031/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 348/2001, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 150/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os órgãos da Administração Direta e Indireta ficam impedidos de emitir ordem de serviço para iniciar obras novas antes do término das que estão em execução, e antes que os municípios tenham recebido as verbas, retidas pela administração estadual, dos convênios firmados anteriormente.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento porque a medida que pretende implantar foi considerada totalmente inexecutável e incapaz de ensejar benefícios à Administração Pública e principalmente à comunidade, pois, como é de conhecimento geral, há obras de grande relevância e urgência que não poderiam entrar em compasso de espera a outras não tão prementes e que muitas vezes têm andamento lento, ou até mesmo interrompido, por múltiplas razões tais como eventuais faltas de material, intempéries, demandas judiciais e outras.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 057/2000, encontra-se publicado no DA nº 057/2000, de 23/05/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 150/2000

P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 150/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, impede os órgãos da Administração Pública direta e indireta, de emitir ordem de serviço para iniciar novas obras, antes do término das que estão em execução, e antes que os municípios tenham recebido as verbas dos convênios firmados anteriormente.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez e, no prazo constitucional e comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição veto está em condições de ser apreciada pelo duto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 052/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre a inclusão da disci-

plina de Legislação de Trânsito, na grade escolar da 8ª série do 1º grau da Rede Pública de Ensino e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 032/2002.

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 351/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 052/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a inclusão da disciplina de Legislação de Trânsito, na grade escolar da oitava série do primeiro grau, da Rede Pública de Ensino, e sobre dispensa de prestação de exame de tal legislação, conforme especifica, por ocasião de provas de habilitação de motorista junto ao Detran.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre da impossibilidade de inclusão da pretendida disciplina na grade curricular mínima não só porque extrapolaria a atual carga horária, já com limites legais atingidos, mas também porque demandaria contratação de pessoal com conseqüente aumento de despesa para o erário. Outro aspecto determinante do veto, por inconstitucionalidade, é que ao pretender dispensar matéria na prestação de exames para obtenção da habilitação para motorista, invade área de competência legislativa privativa da União, conforme preceitua o artigo 22, inciso XI, da Carta Magna.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O projeto de lei encontra-se publicado no DA nº 014/2001, de 13.03.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 020/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 52/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre a inclusão da disciplina de Legislação de Trânsito, na grade escolar da 8ª série do ensino fundamental da rede pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar, observou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, ao encaminhamento desta proposição-veto para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 117/2002, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2002, que dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo compreendendo extinção de Secretarias de Estado, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 349/2002

Curitiba, 05 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 306/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 030/2002, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre transformações na estrutura organizacional do Poder Executivo, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o inciso I do artigo 1º; inciso I do artigo 2º; inciso II e parágrafo único do artigo 4º; artigo 5º e seus parágrafos 1º e 2º; inciso IV, V, VII e VIII do artigo 6º; e inciso V do artigo 7º.

A negativa de sanção aos dispostos acima citados deve-se ao fato de que, conclusões finais de reexame feito sobre a matéria, após o envio da respectiva proposta a essa augusta Casa de Leis, terem revelado maior conveniência no sentido da não extinção da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo e da não fusão da Secretaria de Obras Públicas - SEOP com o Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - Decom. Assim, todos os dispositivos ora vetados têm a mesma base e fundamento, porque são conexos.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O projeto de lei encontra-se publicado no DA nº 097/2002, de 02/02/2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 117/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 030/2002, e autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo compreendendo extinção de Secretarias de Estado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI- Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 126/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, que trata de compensação de débitos fiscais inscritos em dívida ativa, com precatórios de natureza alimentícia, conforme específica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 448/2002.

Curitiba, 03 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 339/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 256/2002, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, que trata de compensação de débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa, com precatórios de natureza alimentícia, conforme específica.

Ouvida sobre a matéria, a Secretaria de Estado da Fazenda manifestou-se pelo veto ao projeto de lei em causa, arguindo inconstitucionalidade, porque contraria o artigo 100, da Constituição Federal e os 2º a 4º do artigo 98, da Constituição Estadual e, ainda, porque poderia comprometer a ação do governo nos objetivos fins do Estado. Assim, impõem-se veto ao projeto de lei em referência.

A Lei nº 13.213/2001, que objetiva seja alterada, dispõe sobre compensação apenas de débitos fiscais estaduais inscritos em Dívida Ativa, enquanto que o projeto em questão é mais abrangente ao referir-se, no seu artigo 1º, a “créditos tributários cujos fatos geradores, inclusive

aqueles constituídos em Processo Administrativo Fiscal”, que ocorreram até a data da sua sanção, objetivando, assim, alcançar todos os débitos dos impostos estaduais, inscritos ou não em Dívida Ativa, e além destes, todos os oriundos de processos administrativos fiscais.

A extensão do benefício de forma abrangente e ilimitada, não só excluindo a expressão que limitava a compensação a débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa, como também incluindo os oriundos de processos administrativos fiscais possibilita que todos os créditos tributários da Fazenda Pública Estadual e suas autarquias possam ser compensados com precatórios. Assim, caso procedida a alteração na forma proposta, todos os créditos tributários de competência estadual - ICMS, IPVA e ITCMD - gerados até a data da sanção da lei, ou seja, até 29/06/2001, inscritos ou não em Dívida Ativa, poderiam ser liquidados com precatórios de origem alimentícia, inclusive os declarados mensalmente nas GIA's - Guias de Informação e Apuração do ICMS, o que compromete significativamente a arrecadação do Estado.

O orçamento do Estado é feito com base na previsão de arrecadação de impostos, arrecadação essas que se faz necessária para que o Governo possa cumprir com suas atribuições. Nesse sentido, se a medida produzisse efeitos, serviços públicos essenciais como saúde, saneamento básico, educação e segurança poderiam ficar comprometidos.

Além do já exposto, saliente-se que os precatórios hoje existentes são provenientes de dívidas originadas no decorrer da gestão de vários governantes não podendo, repentinamente, a totalidade destes créditos ser abatida dos valores a serem destinados à consecução das atividades-fins do Estado, sob pena de tornar inviável toda uma ação de governo e a aplicação do orçamento regularmente aprovado.

A Constituição Federal, ao tratar da matéria no seu artigo 100, reproduzido nos §§ 2º a 4º do artigo 98 da Constituição Estadual, estabelece, *verbis*:

“Art. 100 - À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º - É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao presidente do Tribunal que proferir a decisão exequiênda determinar o pagamento, segundo as

possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.”

Portanto, segundo o mandamento constitucional, a liquidação dos precatórios judiciais depende de inclusão no orçamento do Estado de verba necessária ao pagamento desses débitos, desde que apresentados até 1º de julho, para quitação no exercício seguinte.

Assim sendo, deve ser observado o contido no artigo 15 da Lei nº 13.386, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2002:

“Art. 15 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, sendo vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.”

Necessário lembrar o contido na Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, publicada no DOU em 14.09.2000, que altera a redação do artigo 100 da Carta Magna e acrescenta o artigo 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual dispõe que, ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação da Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.

De todo o exposto, e considerando que há vinculação direta e proporcional entre a arrecadação de impostos e a conseqüente execução do orçamento público, e levando-se em conta, ainda, que a amplitude dada pela medida em questão, haveria o comprometimento até mesmo das atividades essenciais do Estado, votei o presente projeto de lei.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me ensejo para apresentar a V. EXa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 256/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber seus créditos tributários cujos fatos geradores, inclusive aqueles constituídos em Processo Administrativo Fiscal (PAF), que ocorreram até a data da sanção desta lei, através de precatórios de natureza alimentícia, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento até 30 de junho de 2001.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta na redação do artigo 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, substituindo as expressões “inscritos na dívida ativa” por “cujos fatos geradores”, visa alcançar os créditos tributários que estão em discussão nas várias esferas administrativas.

É sabido que a maioria das empresas ao serem autuadas procuram esgotar todos os recursos possíveis, objetivando, unicamente, ganhar tempo, esperando regularizar suas pendências depois que o Governo do Estado ofereça alguma anistia, ampla ou parcial, parcelamentos etc.

De outro lado, sabe-se que uma parte dos devedores do erário público, que deixam os créditos tributários serem inscritos na Dívida Ativa, não têm o menor interesse em quitá-los.

Sendo assim, estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de beneficiar as empresas que têm, realmente, interesse em quitar as suas dívidas com os cofres públicos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 126/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, que trata de compensação de débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa, com precatórios de natureza alimentícia.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado no prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 134/2002 veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 630/2002, de autoria do Poder Executivo, que dispõe que o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná será

fixado, para cada posto ou graduação com base no posto de coronel. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 518/2002.

Curitiba, 08 de outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 438/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 630/2002, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a fixação do valor do soldo para os integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná e sobre o cálculo da gratificação policial militar especial, conforme específica, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o parágrafo único, do artigo 5º.

A negativa da sanção ao referido dispositivo, decorre de sua inconstitucionalidade, eis que, resultando de Emenda que, se adotada, implicaria em futuro aumento da despesa pública, ferindo, assim, os artigos 66 e 68, I, da Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 630/2002, encontra-se publicado no DA nº 123/2002, de 23/09/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 134/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 630/2002, de autoria do Executivo, que dispõe que o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná será afixado, para cada posto ou graduação, com base no posto de coronel.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 570/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que acresce artigo 2º à Lei nº 11.718/97 (Escola de Música e Belas Artes do Paraná - quadro de funcionários). COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 060/2003.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 037/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinando com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 570/2002, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso I e II, da mesma Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 570/2002, encontra-se publicado no DA nº 106/2002, de 19/08/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 019/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 570/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que tem por objetivo acrescentar artigo 2º à Lei nº 11.718/97 (Escola de Música e Belas Artes do Paraná - quadro de funcionários).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar de acordo com o artigo 43 do Regimento Interno sobre o prazo do veto governamental, destaca-se que foi encaminhado em 17.01.2003, ao senhor governador do Estado, o qual por sua vez expediu ofício vetando o referido projeto em 06.02.2003. Desta forma, em análise do artigo 71 § 1º da Constituição do Estado, não se encontra ilegalidade quanto ao prazo, pelo que somos de parecer favorável, estando o veto devidamente dentro do prazo legal.

Sala das Comissões, em 01.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Em discussão.

Em se tratando de veto, solicito ao senhor 1º secretário Padre Paulo Campos, que proceda à chamada dos senhores deputados, lembrando que os deputados que desejarem manter o veto, votarão com a expressão SIM.

Os deputados que serão pela derrubada do veto, votarão com a expressão NÃO.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

Deputado Carlos Simões votará primeiro.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Quarenta deputados votaram.

Designo os deputados Ratinho Júnior, Cida Borghetti, Reni Pereira e Tadeu Veneri para escrutinar os votos.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do vice-prefeito de Cornélio Procópio, José Leite Cordeiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradecemos a visita e seja bem-vindo nesta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

Atenção para o resultado da votação.

25 votam com a inscrição SIM.

15 com a inscrição NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Estão mantidos os vetos.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 3.415, de 02 de dezembro de 1957, que declarou de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 001/2003, de 18/02/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 034/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 3.415, de 02 de dezembro de 1957, que declarou de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba.

Fundamentação

Em 13 de junho de 1994, a Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba teve sua denominação alterada conforme comprovação de Certidão do 2º Ofício de

Registro de Títulos e Documentos, que o autor apresentou junto ao projeto, passando a chamar-se Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável opinando pela aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 25.03.2003.

(aa) HERMAS FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

ITEM 011

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2003, que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), modificando e acrescentando dispositivos em seu anexo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2003, de 10.03.2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 083/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 02/2003, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que institui o ICMS.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão de Finanças acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. Segundo a justificativa da Secretaria de Estado da Fazenda, o presente anteprojeto de lei implementa a Lei Complementar nº 114, de 16 de dezembro de 2002, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 33/2001, alterando e acrescentando dispositivos na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, relativamente à incidência do ICMS e à definição de contribuinte do ICMS na importação e na aquisição em licitação de bens por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto; à base de cálculo na importação de bem para fins de substituição tributária em relação às operações antecedentes; à faculdade de se poder estabelecer como base de cálculo para fins de retenção do ICMS devido por substituição tributária o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado; ao local e ao momento da ocorrência do fato gerador na arrematação de bens importados do exterior e na licitação de mercadoria e bens apreendidos ou abandonados; ao momento da ocorrência do fato gerador na importação de bens do exterior e na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados antes de se

efetivar o desembaraço aduaneiro; e, a que quaisquer impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras integram a base de cálculo do imposto na importação, bem como que o montante do próprio imposto integra a sua base de cálculo também na hipótese de importação de mercadoria e bem do exterior.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 083/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.04.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 012

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2003, de autoria do deputado Luiz Accorsi, fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 12.385, de 28 de dezembro de 1998, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Anjo da Guarda. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2003, de 18.03.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 120/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo alterar o artigo 1º da Lei nº 12.385, de 28 de dezembro de 1998, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Anjo da Guarda.

Fundamentação

A denominação do município-sede da Associação Proteção à maternidade e à Infância - Anjo da Guarda foi publicada incorretamente na sanção da Lei nº 12.385. O correto seria Diamante do Norte, como estava no Projeto de Lei nº 268/98 que originou a lei, e não Diamante do Oeste, como foi sancionado.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando-se pela sua aprovação, tendo em vista que o mesmo pretende, tão somente, corrigir a denominação da sede da associação.

Sala das Comissões, em 01.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 573 a 575, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 576, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 580, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 581, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 583, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 585, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 588 a 590, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 591, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 594 e 595, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 596, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 602 e 603, de autoria do deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 604 e 605, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Queremos registrar com muita satisfação a presença em nosso Plenário, do prefeito da cidade de Ponta Grossa, Princesa das Campos Gerais, o ex-deputado Péricles de Mello.

Seja bem-vindo à Assembléia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 046, 049, 060, 063, 067, 070, 071 e 077/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 034, 083 e 120/2003.

Agradecemos as ilustres visitas bem como a imprensa que aqui faz o seu trabalho.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
04ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Tadeu Veneri, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Doutor Luciano, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin e mais os senhores deputados Pastor Edson Praczyk, Elza Correia e Vanderlei Iensen. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Após leitura da Ata da reunião anterior pelo senhor deputado Antonio Anibelli, o senhor presidente colocou-a em votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 09/2003 de autoria do deputado Geraldo Cartário. O deputado

Delegado Bradock SOLICITA VISTAS - DEFERIDO pelo senhor presidente; 02) Projeto de Lei nº 99/2003 de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Neivo Beraldin - APROVADO; 03) Proposição Veto nº 19/2003 de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 570/2003 de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 120/2003 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 127/2003 de autoria do Poder Executivo. O deputado Neivo Beraldin SOLICITA VISTAS - DEFERIDO pelo senhor presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária